



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 327 - DE 25 DE SETEMBRO A 09 DE OUTUBRO DE 2006 - R\$ 1,50

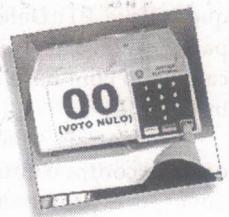
A luta dos trabalhadores da Volks foi traída pela direção burocrática. É necessário um movimento geral contra as demissões e ataques!!

O escândalo dos dossiês comprova como o PT assimilou tudo da disputa fisiológica das quadrilhas burguesas

O PSTU reclama, mas seguiu até o fim a política de reedição do reformismo do PSol de Heloisa Helena

Teses da Corrente Proletária ao Congresso da Apeoesp

VOTE NULO (digite 00)



Pelo programa da Revolução Proletária e Socialismo e pela defesa da luta pelas reivindicações das massas



- Contra o salário mínimo de fome
- Contra o desemprego e a superexploração do trabalho
- Contra o latifúndio e a repressão aos trabalhadores sem-terra
- Contra a destruição da educação
- Contra a opressão nacional e o imperialismo
- Contra a enganação eleitoral



- Contra os candidatos burgueses, do governo ou da oposição
- Contra aqueles que se dizem socialistas mas ajudam a enganar as massas

- ➔ Pelo salário mínimo vital de R\$ 2500,00
- ➔ Pela Escala Móvel das Horas de Trabalho (nenhum desempregado, emprego a todos)
- ➔ Apoio às ocupações, aliança operário camponesa
- ➔ Ensino público e gratuito a todos
- ➔ Não pagamento da dívida, ruptura com o imperialismo, apoio às nações oprimidas
- ➔ Pela ação direta (conquistar as reivindicações pelas próprias forças)
- ➔ Pela Independência de classe e pelo Partido Operário Revolucionário
- ➔ Pelo programa da Revolução Proletária e pelo Socialismo

Em 2007, governo manterá salários miseráveis

A Lei Orçamentária da União (LOU) para 2007 já anunciou um aumento miserável para o salário mínimo. Isso confirma nossa tese de que o governo Lula / PT é burguês e, passadas as eleições, atacará ainda mais os trabalhadores, atuando em prol dos patrões e seguindo as medidas do FMI de redução do custo com a previdência. Por outro lado, o anúncio da LOU evidencia a atuação das direções sindicais colaboracionistas que não lutaram e não lutarão em defesa das reivindicações elementares do proletariado e demais explorados.

Continua o salário mínimo de fome

O governo anunciou um salário mínimo de R\$ 375,00. Ou seja, aumentará em R\$ 25,00 (7,14%) o salário atual (R\$ 350,00). Defende este aumento miserável dizendo que trata-se da previsão da inflação mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (riquezas produzidas divididas pelo número de habitantes), estimado em 3%. Também retoma a falácia do déficit da Previdência. Alega que, com o salário de R\$ 375,00, ele subirá de R\$ 41 bilhões deste ano para R\$ 46,4 bilhões em 2007.

O parlamento, através da Comissão Mista do Salário-Mínimo, dizendo se opor a este baixo reajuste, defende um salário mínimo de R\$ 400,00, isto é, um aumento de apenas R\$ 50,00 (14,28%) a mais que Lula / PT. Defende também que, a partir de 2008, o reajuste do mínimo seja calculado com base na inflação e no dobro do PIB.

As centrais sindicais dizem agora que são contra o aumento proposto pelo governo e prometem protestos para o fim do ano. A CUT já anunciou nova marcha até Brasília e quer "a recuperação do poder de compra do mínimo". A força Sindical reivindica a mesma coisa. Sempre se opõem em palavras, mas, na hora da negociação, fecham com o governo e, hipocritamente, saem cantando vitória.

Atualmente, 39,8 milhões de trabalhadores ganham um salário mínimo. São 16 milhões de beneficiários do INSS; 11,2 milhões de empregados; 7,8 milhões que trabalham por conta própria; 4,4 milhões de trabalhadores domésticos e 198 mil empregadores.

O proletariado e demais explorados devem rejeitar o salário de fome, seja de

R\$ 375,00, seja de R\$ 400,00. Devem rechaçar os cálculos do governo, que priorizam o superávit primário para encher os bolsos dos banqueiros internacionais, tanto que manterá o saque de 4,25% do PIB para 2007, segundo a mesma LOU. Também devem rechaçar os cálculos do parlamento burguês e não podem se iludir com a proposta de que em 2008 o cálculo para aumento do mínimo considerará o dobro do PIB. Primeiro, porque não podemos esperar até lá; segundo, porque o parlamento é parte do Estado e este é burguês, está a serviço dos capitalistas e não daqueles que produzem as riquezas (os trabalhadores).

Aposentados terão um reajuste ainda menor

Os aposentados que ganham mais de um mínimo terão um reajuste de 3,95%. Esse ano tiveram o ínfimo aumento de 5,1%. É bom lembrar que, de 32,3% dos aposentados que ganham acima do mínimo, a maioria (12,8%) não recebe uma fortuna, mas apenas até 2 mínimos, isto é, cerca de R\$ 736,00 (com o último "aumento"). Do restante, 7,1% recebe até 3 salários mínimos; 5,4% até 4 salários mínimos e, em resumo, só 0,2% recebe de 7 a mais que 8 mínimos. Além disso, a defasagem das aposentadorias e pensões, acumuladas desde 1992, já ultrapassa 70%. No governo Lula, as perdas nas aposentadorias estão entre 20% e 25%.

Mesmo diante deste quadro de penúria, o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da direita Força Sindical já correu na defesa do governo, dizendo que trata-se apenas de uma previsão. "Não é a correção final, mas só uma estimativa. O governo divulga esse número porque diz que Previdência gasta muito", diz o presidente do sindicato, Inocentini. Diz também que haverá uma verificação quanto aos gastos da Previdência, isto é, admite que pode haver excessos. E arremata: "Por enquanto, não temos como afirmar se o índice é bom ou ruim. Tudo depende da inflação. Se ela for zero, por exemplo, 3,95% é um bom aumento. Mas se ela crescer, o reajuste para quem recebe mais de um salário mínimo terá de cobri-la".

Como visto, a luta por um salário mínimo que realmente atenda as necessidades dos trabalhadores implicará na superação das direções burocráticas que tendem a amortecer os conflitos com o governo e patrões.

Pelo salário mínimo vital para todos os trabalhadores

As propostas de salário para 2007 mantêm a miséria e exploração dos trabalhadores. Quanto menor o salário, maior a exploração da força de trabalho, maior a parcela de mais-valia (verdadeiro lucro) que ficam com os patrões.

Diante da proposta do governo, já sabemos que as direções burocráticas colaborarão com o governo. Chiarão no início, só para parecerem lutadoras, mas farão acordos que não beneficiarão os trabalhadores. Por outro lado, correntes políticas que se reivindicam revolucionárias ou de esquerda levantarão a bandeira do piso do Dieese.

O salário mínimo do Dieese para este mês ficou em R\$ 1.442,52. É 4 vezes mais do que o atual salário mínimo de fome do governo Lula / PT (de R\$ 350,00), mas é quase 2 vezes menor que o Salário Mínimo Vital defendido pelo POR.

Nossa campanha pelo salário mínimo vital inclui a denúncia ao proletariado e demais explorados que tanto o piso do governo como o do Dieese não podem atender as necessidades daqueles que trabalham e, portanto, não combatem a exploração. O piso do governo, porque não permite nem a compra de uma cesta básica familiar (R\$ 515,16) e o do Dieese porque baseia-se em uma tabela mínima de quantidade e variedade de alimentos do governo Vargas (1938). Por isso, defendemos o valor de R\$ 2.500,00.

O salário mínimo vital é uma reivindicação transitória, que visa a garantir a sobrevivência das massas e impulsionar a luta contra as burocracias sindicais e contra o capitalismo. Quem deverá definir seu valor são as assembleias de base dos trabalhadores (nelas iremos propor R\$ 2.500,00). Para tanto, elas formarão comissões que estudarão de forma independente o valor do salário. Este método, por si só, choca-se com o colaboracionismo das direções pelegas que querem empurrar os salários de fome dos patrões, corroborando a contabilidade burguesa.

ABAIXO O SALÁRIO MÍNIMO DE FOME ATUAL!

RECHAÇAR AS PROPOSTAS DE MANUTENÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DE FOME!

SALÁRIO MÍNIMO VITAL PARA TODOS OS TRABALHADORES, DEFINIDOS PELAS ASSEMBLÉIAS DE BASE!

A disputa entre as quadrilhas da burguesia é o que está por trás dos escândalos

O último grande escândalo da política burguesa antes da disputa eleitoral foi a prisão de dirigentes da campanha à reeleição de Lula negociando um dossiê com provas que envolveriam os candidatos Serra (ao governo de São Paulo) e Alckmin no escândalo dos Sanguessugas (compra superfaturada de ambulâncias e pagamento de propina a deputados para aprovarem esses gastos). Os autores do dossiê são os donos da empresa Planam, principal articuladora do esquema de corrupção acima.

É evidente que o esquema de compra superfaturada de ambulâncias acontecia no governo de FHC, com Serra como Ministro da Saúde. Esse é um dos muitos esquemas de corrupção que envolvem quadrilhas burguesas ao redor da divisão do orçamento nacional. A divisão de verbas do orçamento é um instrumento dos governos burgueses para realizar seu funcionamento, que depende da aprovação de medidas no parlamento. Os partidos burgueses e seus parlamentares negociam seus votos em troca de liberação de recursos. Outras quadrilhas burguesas se aproveitam dessas relações e lucram com a corrupção geral dos parlamentares.

Nesse sentido, o dossiê não revelou até agora nada de novo. Ainda não justificou o valor de um milhão e 700 mil reais que dirigentes da campanha petista estavam dispostos a pagar por ele. Nem porque havia uma negociação entre os dirigentes petis-

tas e a revista *IstoÉ* para confecção de uma reportagem de capa para ampliar suas vendas nas bancas.

O dossiê trouxe à tona o método de disputa entre as quadrilhas da burguesia, não somente em momentos de eleição, mas no cotidiano do funcionamento do Estado burguês. O Estado brasileiro é resultado da formação semicolonial do país, que de colônia passou a semicolônia preservando a submissão do país às potências capitalistas. A burguesia nacional formada se constituiu de oligarquias regionais que atuam como quadrilhas que disputam entre si não apenas o escasso mercado nacional e o direito de superexplorar as massas, mas o próprio controle sobre o Estado burguês. É por isso que se organizam de acordo com os interesses regionais mais imediatos, não construiu partidos de fato nacionais, com alguma identidade. Os partidos burgueses são de natureza federativa, em cada estado são controlados por uma fração da oligarquia regional, que manipula o aparato partidário em suas disputas com as demais frações ou gangues.

O PT revelou nesse escândalo, mais uma vez, que assumiu para si todos os métodos do fisiologismo burguês. Oligarquizou-se e passou a se meter nas disputas entre as quadrilhas burguesas, que usam como um de seus métodos a confecção de dossiês de denúncias de falcatruas utilizados para negociar e pressionar os demais

bandos. A diferença do PT é que é menos profissional nesses negócios escusos.

As denúncias de corrupção não afetaram o amplo domínio eleitoral de Lula para o próximo embate. A oposição burguesa, que chafurdou o PT no lamaçal da corrupção durante mais de dois anos, não conseguiu desgastá-lo junto à maioria da população. O denunciamento afetou setores da classe média leitores dos meios de comunicação de massas, que provavelmente dividirão seus votos de descontentamento entre Alckmin, Heloisa Helena e anulando. A última denúncia de falcatrua de petistas se limitou a destruir ainda mais a imagem petista de partido "ético" junto à classe média, desconstruída durante o governo Lula.

A corrupção é um dos fundamentos do Estado burguês. Não será derrotada sem que o próprio Estado burguês seja destruído. Não haverá punição dos corruptos ou eliminação da corrupção sob governos burgueses, que se assentam sobre ela. As falcatruas das gangues capitalistas retratam a burguesia nacional fundamentada nas oligarquias regionais. Somente as massas podem julgar e punir a burguesia, seus governos e politiquês, com a luta de classes. Somente a revolução proletária e o socialismo poderão edificar o Estado Operário, assentado na democracia direta e no controle das massas sobre a produção social. Essa nova sociedade poderá efetivamente eliminar a corrupção pela raiz.

Sindicalismo, partido e corrupção

A revelação de que Oswaldo Bargas e Jorge Lorenzetti estão envolvidos na compra do dossiê Vedoin traz à tona a presença de sindicalistas no aparato do Estado.

O PT nasceu vinculado a uma nova burocracia sindical surgida com o fim da ditadura militar em fins dos anos 70 e começo de 80. Autodenominava-se "sindicalismo autêntico", em referência ao velho sindicalismo varguista e aos interventores da ditadura militar nos sindicatos.

Essa corrente ganhou corpo sob o caudilhismo de Lula (lulismo) e se fortaleceu com a criação da CUT. Mas foi com o PT – também criação desse período – que a nova burocracia se projetou na política burguesa. Política que se identifica com o poder do Estado capitalista.

A disputa eleitoral passou a ser um meio para os burocratas saltarem do corporativismo sindical para a política nacio-

nal, ou seja, para se inserirem em alguma esfera do aparato estatal. Passaram a atuar no parlamento, transformaram-se em prefeitos e governadores e chegaram à Presidência com Lula. Já no poder máximo do País, espalharam-se por ministérios, repartições e estatais.

A alta cúpula dos burocratas teve acesso ao dinheiro público. Com verbas ministeriais, a rede de sindicalistas estatizados pôde estender sua influência por meio de organizações paraestatais como ONGs, de movimentos e instituições privadas, como Igreja etc. A burocracia cutista do PT deu impulso ao velho fenômeno (também conhecido por varguismo, porque Getúlio Vargas cooptou boa parte dos sindicalistas e criou o PTB para isso) de estatização dos sindicatos.

O denominado sindicalismo autêntico mostrou sua verdadeira face burocrática, colaboracionista, corrupta, antidemocrática

e pró-capitalista. De burocratas sindicais, passaram a burocratas estatais. Estão enfiados nas malhas do Estado, fazendo parte do jogo de força burguês, que inclui toda modalidade de politicagem e de corrupção.

O controle da CUT e dos sindicatos por essa casta de interesseiros constitui um grande obstáculo para a luta da classe operária e das massas em geral. O PT se transformou em um instrumento da burguesia. Os escândalos em que está envolvido indicam o quanto se afundou na disputa interburguesa no Estado.

Para destruir esse aparato e retomar os sindicatos para os explorados, é necessário construir o partido marxista. O que significa organizar os quadros militantes sobre a base do programa da revolução proletária. É com esse objetivo e trabalho abnegado que construímos o POR em torno do Programa de Transição da IV Internacional.

Campanha do governo contra o voto nulo

Ao longo da campanha eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral tem realizado uma campanha nos meios de comunicação contra o voto nulo e pelo comparecimento da população às urnas. Essa campanha parte da situação em que uma parcela das massas está desengana-da com o governo Lula e com os políticos burgueses. Os sucessivos governos patronais, de ataques às condições de vida dos oprimidos, e a desilusão com o go-verno do operário aburguesado e com sua gestão metida num lamaçal de de-núncias de corrupção, empurram uma camada para o boicote ou voto nulo.

A burguesia e suas instituições buscam preservar nas massas as ilusões de que podem resolver seus problemas ou interferir na política nacional pela via do voto. Enquanto essas ilusões forem pre-servadas, o domínio político e econômico dos exploradores sobre os explorados se manterá. Enquanto as massas não buscarem a solução de seus problemas pelas próprias mãos e construírem seu partido revolucionário, a fim de destruírem o poder político e econômico dos capitalistas pela via da revolução socialista, o poder dos parasitas será pre-servado.

A campanha deste ano se baseia na falsa idéia de que o eleitor é quem decide quem serão os governantes e parlamen-tares. Afirmam que o eleitor é o “patrão”, aquele que diz quem se mantém nos cargos e quem está fora deles. Dizem que o eleitor tem de escolher bem, pensar bem e decidir quem dentre os candidatos mere-ce seu voto. E que a democracia depende da cobrança dos eleitores sobre seus eleitos, durante todo o mandato, de forma que a cada eleição se julga quem cumpriu suas promessas ou não.

Mas os fatos negam essas afirmações.

O eleitor não é “patrão” de nada. Os partidos que disputam pra valer as eleições são dirigidos por frações da classe dominante. Os capitalistas (esses sim os pa-trões de verdade) é que dizem quem serão os candidatos, que só têm chance de se eleger se contarem com apoio do poder econômico. Uma eleição de deputado custa no mínimo 50 mil reais. Uma eleição de senador, pelo menos 1 milhão de reais. As eleições para presidente beiraram os 100 milhões de reais. E esses são os valores declarados à Justiça Eleitoral. Fora o chamado “Caixa 2”. Os trabalha-dores não têm nenhuma possibilidade de escolher de fato quem vai disputar as eleições ou não. Menos ainda podem inter-ferir no resultado das eleições, pois será dado pelo apoio do poder econômico.

Não há possibilidade real de escolher um candidato dos partidos existentes. Todos eles mentem em suas campanhas eleitorais, ou defendem abertamente uma política pró-capitalista. A legislação eleitoral antidemocrática em vigor impede que as organizações das massas in-diquem seus candidatos.

Não há possibilidade de cobrança de conduta dos candidatos eleitos. Na democracia burguesa, eles são proprietá-rios de seus mandatos. Fazem o que bem entendem. Negociam às costas das mas-sas suas votações no parlamento. Nego-ciam às costas das massas o dinheiro do orçamento público, arrancado dos ex-plorados com impostos. No final do mandato, será a riqueza acumulada e a confiança do poder econômico que deci-dirá se serão reeleitos ou não.

A preocupação do Tribunal Eleitoral com a possibilidade de crescimento do voto nulo e abstenção reflete o temor da burguesia de que as massas deixem de

lado essa lenga-lenga da disputa eleito-ral e busquem a solução de seus proble-mas pela ação direta, ou seja, pela luta de classes. As massas oprimidas não têm seu partido próprio, independente da política burguesa. Esse é o maior obstá-culo a superar para a conquista da inde-pendência política dos explorados diante da burguesia, de seus partidos e organizações.

A situação atual é a de disputa entre os bandos da burguesia pelo controle do aparato estatal, através de seus principa-ís partidos. As massas, desorganizadas e submetidas ao domínio do poder econô-mico sobre a educação, os meios de co-municação etc. e com suas organizações gerais sob a direção de burocracias cor-rompidas e ganhas pelo capitalismo, se-rão na sua maioria arrastadas para apoiarem eleitoralmente os governos e os parlamentares da classe dominante.

Sem uma possibilidade de atuar nesse processo com o partido revolucioná-rio enraizado nas massas, não aparece nenhuma possibilidade de defender a independência de classe com candidatu-ras operárias que expressassem um pro-grama proletário de luta de classes. O voto nulo programático é a alternativa para fazer essa defesa num quadro difí-cil. Mas se trata do voto nulo pelo parti-do revolucionário e pela luta pelas reivindicções das massas. Esse voto nulo se opõe aos partidos burgueses, aos partidos de conciliação de classes (refor-mismo) e também aos defensores do voto nulo em geral, que não se funda-menta na defesa do partido programa revolucionário e acaba se circunscreven-do à disputa da democracia burguesa, sem contrapor a ela a democracia operá-ria, que só pode se realizar na revolução e ditadura proletárias.

Trabalho escravo no Brasil

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em dez anos foram libertadas 18 mil pessoas trabalhando em regime de escravidão no Brasil. O relatório estima que haja pelo menos 25 mil nessas condições. Os estados do Pará e Mato Grosso concentram a maior parte dessa prática. Mas o mais o estado mais industrializado, como São Paulo, não está isento do trabalho escravo.

Latifundiários e fazendeiros contratam trabalhadores, qua-

se sempre migrantes, e logo os submetem pela violência. Mi-lhares de denúncias foram feitas e pouco se fez para pôr fim a essa barbárie. Nos casos em que o Estado atuou, os fazendeiros nada sofreram, a não ser pequeníssima multa. O que quer dizer que os escravizadores continuam protegidos.

Está aí mais uma razão para a classe operária e os camponeses pobres se unirem para expropriar sem indenização os latifúndios e impor o controle direto da terra por quem nela trabalha.

Heloisa Helena, PSOL, PSTU e programa eleitoral

O vice de Heloisa Helena, César Benjamin, divulgou o programa eleitoral sem, contudo, ter sido lançado pela Frente PSOL\PSTU\PCB. Havia-se anunciado a divulgação para o começo de setembro. Mas surgiram desacordos que inviabilizaram o acontecimento.

Um dos pontos refere-se à dívida externa. É um aspecto programático dos mais espinhosos da Frente. O PSOL entende que se deve fazer a tal da famosa auditoria para se saber o que é pagável e o que não é. Essa posição chegou a ser divulgada no Manifesto da Frente de Esquerda, por nós criticado no Massas número 324, em que aparece a assinatura de todos componentes. O PSTU não explica porque consentiu seu nome no Manifesto. Mas o fato recente é que o desentendimento do PSTU com o programa redigido por César Benjamin impossibilitou uma solenidade de lançamento.

No entanto, o redator pouco se importou e divulgou-o por conta própria no www.contrapontoeditora.com.br, evidentemente com sua assinatura. Note: é o vice da chapa, homem de confiança do PSOL, portanto não é um militante qualquer. Ao não se colocar pelo não pagamento da dívida externa e interna, o programa se mostra compromete-

tido com a burguesia e particularmente com o capital financeiro.

Pouca importância tem o fato de não ter sido lançado pela Frente. O essencial está no método de constituição da Frente. Essa não se deu sobre um programa redigido de comum acordo. E não se o discutiu nas bases.

O PSTU capitulou diante dos números de votos de Heloisa Helena. Renunciou a posições e candidatura próprias, contentando-se com alguns nomes para concorrer ao parlamento. O PSOL impôs todas as condições para que o PSTU compusesse a Frente, inclusive a condição de que não tivesse o programa, que ficou para depois.

O PSTU está tendo a oportunidade de concretizar sua tática eleitoral. A sua Frente de Esquerda e Socialista é manejada toda vez que tem eleições. No passado, fez campanhas homéricas para compor aliança eleitoral com o PT, exaltando o caudilhismo de Lula, que poderia encabeçar a Frente de Esquerda. Fracassou porque o PT não precisava do PSTU, já havia feito experiência em sua Frente Popular com os “esquerdistas”, anteriormente denominados “Convergência Socialista”.

O PSOL esteve dividido em aceitar a presença do PSTU em sua campanha. Fi-

nalmente aceitou, mas com as condições bem estabelecidas de não ter qualquer poder de decisão e influência na campanha de Heloisa Helena.

O programa da candidata é burguês: preserva o capitalismo e propõe a utópica tarefa de democratizar o Estado. O fato de não se ter lançado o programa eleitoral na data prevista não tem a mínima importância. Heloisa Helena já o expôs nos inúmeros programas e entrevistas.

O PSTU assumiu a candidatura do PSOL e faz campanha por ela, não se importando com seus inúmeros pronunciamentos burgueses. A experiência comprova nossa crítica de que a frente de esquerda socialista do PSTU é eleitoral e expressa o oportunismo, típico do centrismo pequeno burguês.

O marxismo aplica a tática frentista para unir as massas por detrás do programa revolucionário, das lutas concretas e para ajudar os explorados na ação direta. Nas eleições, a tática frentista depende do trabalho prático levado pelas correntes de esquerda que atuam no seio dos explorados. As alianças eleitoralistas e oportunistas não fazem parte do marxismo, que, por seu programa, tem como tática a ação direta das massas.

Fortaleza-CE

Publicamos a seguir boletim distribuído pela regional defendendo o voto nulo

ABAIXO A FARSA ELEITORAL

Nem Lula nem Alckmin ou Heloisa Helena

Vote Nulo contra as candidaturas burguesas e a demagogia eleitoral!

Em defesa da Revolução Proletária e do Socialismo!

Por que votar nulo nestas eleições?

Porque não há candidaturas que expressem a luta dos trabalhadores. Todos os candidatos estão empenhados em administrar o capitalismo em crise e em descarregar nos ombros dos trabalhadores mais fome, miséria, desemprego e destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários. Nenhum defende a revolução social e o fim da propriedade privada dos empresários, banqueiros e latifundiários responsáveis pela concentração de renda e pela extrema miséria do povo.

Por que não votar em Alckmin?

Geraldo Alckmin, candidato pela oposição burguesa PSDB/PFL, representa o que há de mais reacionário nestas eleições. Também é o candidato da grande burguesia e do imperialismo embora, ao contrário de Lula, não tenha densidade eleitoral. Alckmin é tão corrupto quanto Lula. Abafou mais de 50 CPI's na Assembléia paulista, está envolvido na denúncia de desvio de dinheiro do banco paulista Nossa Caixa e tem como companheiro de partido Eduardo Azeredo, o inventor do *valerioduto* (mensalão) em Minas.

Governo Lula/PT é o preferido dos banqueiros e do governo Bush! Por que não votar em Lula?

Estas eleições ocorrem numa conjuntura de profundo ataque às condições de vida dos trabalhadores. A eleição de Lula em 2002 com mais de 52 milhões de votos prometendo reforma agrária, 10 milhões de empregos etc criou expectativa na imensa maioria dos trabalhadores por mudanças depois de 8 anos do governo capacho do FMI de FHC/PSDB. Todavia o governo do PT/Lula não fez nada além de dar continuidade à política pró-imperialista de FHC,

honrando o pagamento das dívidas externa e interna, propiciando um lucro recorde aos banqueiros como nunca se havia visto antes, defendendo o latifúndio contra as ocupações, implementando a reforma previdenciária que taxou aposentados e mantém os privilégios nas aposentadorias de juízes e militares e prepara uma nova reforma da previdência que acabará com as diferenças de idade entre homens e mulheres além das reformas sindical, trabalhista e universitária que vão, respectivamente, fragmentar e enfraquecer o movimento sindical, destruir direitos trabalhistas (13º salário, férias, licença maternidade etc) e favorecer os empresários da educação em crise, donos de faculdades privadas, com dinheiro público. Na política externa, colabora com a opressão imperialista no Haiti onde mantém mais de mil soldados, além de ter se colocado por detrás das posições da ONU, que não passa de uma marionete das potências, que busca desarmar os países árabes para melhor facilitar o domínio da região pelos EUA.

O governo Lula é, portanto, um governo burguês, traidor da classe trabalhadora e que reproduz as mesmas relações de corrupção no interior do Estado. Os escândalos do mensalão, Caixa dois, Sanguessugas mostraram aos trabalhadores conscientes que o PT chegou ao ápice do seu apodrecimento.

Frente de esquerda PSOL-PSTU-PCB: nem socialista nem de esquerda! Por que não votar em Heloísa Helena?

A candidatura de Heloísa Helena foi apresentada como alternativa frente a disputa entre PT (Lula) e PSDB (Alckmin). Mas esta também não é a alternativa para o povo. A tarefa principal dos explorados é lutar pelo fim da propriedade privada, pelo confisco da grande propriedade (indústrias, latifúndios, bancos) que geram bilhões e bilhões de lucro para os capitalistas às custas da exploração do trabalhador pobre. Heloísa Helena já deixou claro em inúmeras entrevistas que quer tão somente administrar o Estado burguês segundo manda a Constituição. Não vai expropriar os ricos e nem implantar medidas socialistas, essas só num futuro muito distante!. A proposta de Socialismo Democrático do PSOL é, na verdade, a de reformar o capitalismo apodrecido. No lugar de romper com as dívidas externa e interna, propõe-se a pagar desde que feita uma auditoria. No lugar de um programa de revolução social, um amplo programa de aliança com o PDT burguês

que só não deu certo porque este lançou candidato próprio. O PSOL quer repetir os passos do PT. O PSTU subordinou-se vergonhosamente a essa frente. Heloísa Helena não é alternativa.

Contra Lúcio e Cid Gomes (farinha do mesmo saco cambebista) e as candidaturas eleitoreiras! Vote Nulo nestas eleições! Pela ação direta das massas para arrancar terra, trabalho e moradia!

Começa o circo eleitoral

De tempos em tempos os trabalhadores são chamados a participar do processo eleitoral. A propaganda oficial diz que votar é exercer a cidadania e que só é possível mudar o país através das eleições; que é importante eleger bons candidatos para que os problemas do povo (educação, saúde, transporte, emprego, habitação e segurança) sejam resolvidos. Esse discurso repetido milhares de vezes pelos meios de comunicação todos os dias procura esconder que as eleições são uma fraude, com a qual procuram enganar e ludibriar o povo, pois que eleições não mudam nada, nela prevalece o poder econômico. Vence o candidato que tem mais dinheiro, financiado pelos grandes grupos econômicos para defender os interesses da classe dominante burguesa contra os trabalhadores. Ou seja, para manter tudo como está. A crise da saúde pública, da educação pública etc servem para dar lucro para os empresários da educação privada, da saúde privada etc. Os capitalistas não podem permitir que os trabalhadores se organizem e trilhem o caminho da ação direta (manifestações, bloqueios, greves) para resolver os seus problemas. E é exatamente esse o caminho que devem seguir os explorados para pôr abaixo o sistema capitalista e construir uma nova sociedade sem explorados e exploradores, uma sociedade socialista!

Nestas eleições em 1º de outubro não há motivo para votar em qualquer um dos candidatos ao governo estadual. Não há nenhuma candidatura revolucionária que denuncie a farsa eleitoral, que defenda abertamente a revolução e o fim da propriedade privada. Não há sequer uma candidatura de massas em choque com o poder burguês.

Lúcio e Cid: farinha do mesmo Tasso.

O empresariado cearense está tranqüilo. Tem dois candidatos bem posicionados nas pesquisas. Lúcio Alcântara PSDB fez uma gestão marcada pelo arrocho salarial, greves no funcionalismo público, repressão aos movimentos sociais (estudantes, uni-

versidades), escândalos na segurança pública (grupos de extermínio), compras sem licitação, privatização do BEC e escândalos de desvio de recursos envolvendo seu filho Léo Alcântara pelo corte de BEC e escândalos de desvio de recursos envolvendo seu filho Léo Alcântara pelo corte de recursos em várias áreas e crise no PSDB. Lúcio foi eleito com apoio de Tasso, é cria da Ditadura Militar e é o candidato oficial do Cambeba.

Cid Gomes, irmão de Ciro e ex-prefeito de Sobral, está apoiado numa ampla coligação que vai do PT, passando pelo PC do B ao PMDB. Foi até, há pouco, um fiel escudeiro do Cambeba. Presidente da Assembleia Legislativa defendeu e aprovou todos os projetos do PSDB que domina o Estado há 20 anos. A pseudo-ruptura com o Cambeba veio com a eleição de Lula e a saída do PPS e entrada no PSB do grupo cirista. Ainda assim a pseudo-oposição manteve laços estreitos com o Cambeba. O PT, que administra a prefeitura e nas últimas eleições quase bateu Lúcio no segundo turno, agora se integra em definitivo às forças conservadoras e à velha oligarquia estadual (PMDB e o grupo de Ciro Gomes hoje no PSB). O PC do B que há muito já fazia alianças com os mais reacionários setores não teve dificuldade de adaptação. O fato é que Tasso Jereissati descontente com algumas atitudes de Lúcio não vê em Cid um problema, uma vez que sabe para onde caminhará um futuro governo de Cid Gomes: continuísmo.

A Frente de Esquerda no Ceará

A frente de esquerda lançou Renato Roseno do PSOL candidato ao governo. O PSOL, que se coloca como oposição ao Cambeba, está junto com o PT na prefeitura de Fortaleza. Prefeitura essa que reprimiu os professores na última greve e está trabalhando a todo vapor para eleger Cid Gomes governador. A princípio, o PSTU exigia a ruptura do PSOL com a prefeitura e que este lançasse João Alfredo candidato ao governo do Estado. O PSOL não cumpriu nenhuma das exigências e o PSTU subordinou-se também em nível estadual ao PSOL que tem como programa de governo economia solidária, democratização do Estado etc mas nenhum programa de luta conseqüente. A frente de esquerda no Ceará passa longe de defender as reivindicações históricas dos trabalhadores, assim como outras candidaturas ditas de esquerda (PCO). Por isso dizemos que não há candidatos que representem de fato os explorados. Vença quem vencer as eleições administrará a máquina do Estado e a crise do capitalismo contra os trabalhadores.

Polêmica

LER: Uma política maluca para as eleições

A organização Liga Estratégia Revolucionária (LER), ligada ao PTS argentino, publicou a dez dias das eleições um jornal especial com suas bandeiras, que chamam a atenção para as tremendas incoerências estampadas não apenas entre si mas também em relação à política anterior dessa corrente.

Tentemos reproduzir o que se diz: 1) Para presidente, anule seu voto digitando 29 (PCO); 2) Para governadores e deputados, vote criticamente nos candidatos operários da Frente de Esquerda e do PCO (sendo que, preferencialmente, vote na Frente de Esquerda; onde não houver, então vote no PCO); 3) Para deputado estadual em São Paulo, vote não criticamente em Mara, da Corrente Operária do PSol; 4) Nem PSTU nem PCO lutam consequentemente pelos interesses dos trabalhadores.

Vê-se que, assim como os partidos burgueses, a LER também contraria a chamada verticalização. Para cada cargo nas eleições, uma posição diferente, todas elas em contradição com a última afirmação.

A primeira posição é o apoio envergonhado ao PCO. Não cabe discutir se o voto na sigla 29 será contado como anulado ou não (a não ser que se submeta às deliberações do tribunal eleitoral). Essa posição nega a política dias antes defendida pela LER, que era a defesa de uma ala classista no interior da Frente de Esquerda de Heloisa Helena, e a caracterização de que a formação do PSol era um fenômeno "extremamente progressivo". Sobre a candidata do PSol, a formulação atual é: "Não apoiamos uma política burguesa "produtivista" contra uma neoliberal. Não ajudaremos a fortalecer Heloisa Helena e o PSol que não têm nenhuma relação orgânica com o movimento operário e de massas, e que ao contrário de buscar isso na campanha eleitoral, buscou criar laços com a

burguesia (...) Rechaçamos essa candidatura que se diz de esquerda." Antes a LER embelezava o PSol como fenômeno progressivo, quando na verdade constitui um obstáculo para as massas superarem suas ilusões no reformismo, sob a alegação de que estando no poder esse mesmo reformismo não deu certo por questão de ética e moral. Agora rechaça esse mesmo PSol e sua candidatura, em nome do apoio ao PCO. Se cabe repudiar e denunciar a democracia burguesa que cassa até mesmo uma candidatura que acata as imposições da legislação eleitoral proibitiva (o PCO acaba de declarar que acata a proibição do Tribunal Eleitoral do ato em defesa de sua candidatura), não cabe apoiá-la só por isso. A necessidade de apoiar a todo custo uma candidatura, escolhendo entre as que estão aí sob as leis antidemocráticas, não leva a protestar em nada contra a chamada "democracia dos ricos", antes a reafirma.

Ao mesmo tempo, o voto "crítico" e "preferencial" nos candidatos "operários" da Frente de Esquerda coloca a LER a reboque da candidatura que diz rechaçar. Não há valor a priori em candidatos "operários". Vide Lula. A defesa de candidaturas operárias só tem sentido a partir das organizações e lutas das massas, da defesa de um programa que as expresse, da forma da democracia operária a construí-las e, principalmente, da ação do partido revolucionário nesse processo. A Frente de Esquerda, mesmo seus candidatos operários, não tem nada a ver com isso. Serve sim como tentativa de relançar a política reformista que se revelou pró-capitalista com o PT no governo.

Essa política também contradiz a defesa do voto no PCO para presidente. Por que votar no PCO para presidente e na Frente de Esquerda para governador e deputados? Ou os candidatos da Frente de Esquerda a governador e deputa-

dos estão em confronto com a candidata a presidente? Constituem eles, à revelia de vontade própria, a tal da ala classista?

A defesa não crítica da candidatura de Mara, da Corrente Operária do PSol, aparece como expressão de uma ruptura sem princípios ou uma tentativa infantil de entrismo. No primeiro caso, porque a cisão do grupo de Mara com a LER foi anunciada em função da divergência tática de se atuar no PSol. Se era uma divergência tática, não justificava a ruptura, que para os revolucionários se faz ao redor de divergências de programa. Agora, se a tática convergiu para uma só, então é pior ainda. E, no caso de entrismo, tudo se revela: a LER põe um pé dentro e um fora do PSol. Diz que rompeu com o morenismo. Mas quem, senão Moreno, formulou a tese da Revolução de Fevereiro, segundo a qual os revolucionários devem sempre ajudar os reformistas a chegarem ao poder, para que as massas possam fazer a experiência com eles e mecanicamente concluir pela necessidade do socialismo? O revisionismo do trotskismo leva sempre a uma política pequeno burguesa, que oscila entre o ultraesquerdismo e o oportunismo eleitoral. Quem conhece a tática morenista de "unir as lutas e as eleições" certamente reconhecerá a matriz genética da formulação da LER: "Não existe um muro que separa a luta sindical da luta política. Por isso nossa bandeira no processo eleitoral foi para que a vanguarda de trabalhadores que travou importantes lutas ao longo do governo Lula, que em sua maioria está organizada na Conlutas, se expressasse politicamente nas eleições". A confusão de luta sindical com luta de classes e de luta política com disputa eleitoral mostra a confusão sobre a qual se baseiam todas as formulações anteriores.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Tese da Corrente Proletária ao Congresso da Apeoesp - parte 2

A Corrente Proletária da Educação participou dos Encontros Regionais da Educação defendendo a Tese 2. No Jornal Massas nº 326 publicamos um resumo dos principais pontos. Agora, trazemos nossa defesa no campo da educação.

A EDUCAÇÃO SE DESAGREGA

A educação (como um fenômeno social) está condicionada pelas relações econômicas. Na sociedade em que vivemos (capitalista), a educação sofre as consequências das contradições de um sistema econômico que se desagrega.

O enorme potencial produtivo esbarra na propriedade privada monopolista dos meios de produção. Os efeitos sobre o ensino são violentos. Entre eles podemos citar: a) a impossibilidade da escola como formadora de mão-de-obra para a maioria da população; b) a separação cada vez mais aguda entre a produção social e a aprendizagem; c) o rebaixamento geral do nível cultural das unidades escolares; d) o crescimento da seletividade, como forma de exclusão dos filhos dos trabalhadores dos níveis mais elevados de ensino; e) a educação se transforma, cada vez mais, em mercadoria que passa a ser adquirida por aqueles que podem comprá-la.

Isso demonstra que a escola está divorciada do processo produtivo, totalmente distanciada da vida real, que deve ser transformada. Como classe dominante, a burguesia não pode apresentar uma verdadeira saída para a decomposição do sistema educacional, porque isso implica transformar as relações econômicas e sociais.

A desagregação do ensino tem suas raízes no modo capitalista de produção. Na fase imperialista, o que vemos é a crescente ofensiva da reação tanto na política como na ideologia. Nessas condições, a educação não tem como ser progressista, democrática e vinculada aos interesses da classe oprimida.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS SÃO PRÓ-IMPERIALISTAS

A burguesia vem de longa data tentando reformas no ensino. O Brasil já viveu inúmeras reformas educacionais. Uma delas é a implantação das diretrizes educacionais do Banco Mundial, que vem se processando desde meados dos anos 90. Essas tentativas de reformas, que reorganizaram os sistemas escolares, alteraram os currículos, impuseram a formação de professores etc, não fizeram senão expor a de-

cadência do ensino. É o que se passa hoje.

Sob a máscara da descentralização, os governos impuseram a municipalização. Esta só fez crescer as desigualdades das condições materiais das escolas, espalhadas pelos mais de cinco mil municípios, e só ampliou a influência das forças reacionárias (conservadoras) das localidades sobre as escolas. Com o alibi de proporcionar melhor distribuição dos recursos educacionais, foi criado o Fundef e agora o Fundeb para dividir as escassas verbas entre os níveis da educação básica. Por detrás da propaganda enganosa de elevação do piso nacional dos educadores, conservou-se a brutal exploração da força de trabalho. Em nome de uma suposta qualidade do ensino, ofereceu aos alunos um mínimo de conhecimento, em meio à verborragia das habilidades/competências. Manteve o caráter discriminatório e seletivo para os níveis técnicos e superiores. Retomou uma das poderosas armas de opressão e obscurantismo, o ensino religioso, no intuito de ampliar a submissão dos estudantes e educadores aos princípios e interesses da classe que detém a propriedade privada dos meios de produção. Ampliou a mercantilização do ensino superior e de algumas modalidades do grau médio.

Trata-se de uma reforma educacional que tem na sua essência a destruição do ensino público e a liberação gradativa do Estado da obrigação de financiá-lo em todos os níveis. Não por acaso, declara como obrigatória a educação fundamental, deixando os demais níveis para serem explorados como mais um negócio para os capitalistas.

As diretrizes da reforma educacional do Banco Mundial são pró-imperialistas, porque se assentam na redução da responsabilidade do Estado com a manutenção do ensino, para que este possa cumprir as metas de pagamento do endividamento do país.

A REFORMA EDUCACIONAL É ANTIDEMOCRÁTICA

Os governos, do PSDB ao PT, implantam uma reforma que só faz legitimar a desigualdade existente na sociedade. Formalmente todas as camadas sociais têm acesso à educação. Os governos também formalmente instituem a obrigatoriedade

para o ensino fundamental, mas não podem garantir sequer a permanência de todos até o término da 8ª série. Dados indicam que dos 35 milhões que entram nas escolas, menos da metade conclui esse nível de escolaridade.

O acesso e a permanência estão relacionados às condições de vida das famílias trabalhadoras. Parte da juventude é expulsada das escolas em consequência da situação objetiva de existência.

O objetivo da burguesia e de seus governos é propagandear que a igualdade de oportunidade virá por meio da escolarização. Nada mais falso. As escolas não podem oferecer igualdade de oportunidade, ao contrário, reforçam a desigualdade que é inerente à sociedade de classes.

O fato de existir dois sistemas educacionais opostos – público e privado, um para aqueles que podem pagar e outro para aqueles que não têm recursos – atesta seu caráter antidemocrático. E sequer há escola pública a todos os pobres.

A reforma educacional enfatizou o seu caráter antidemocrático, revelando que no capitalismo não pode haver uma escola de qualidade e democrática para todos. A democratização pretendida pelos governos significa partilhar com os pais e a comunidade a tarefa de manutenção financeira das escolas. O comando da política educacional mantém-se centralizado pelo Estado.

O problema está em que a falsa propaganda amadora uma parcela de educadores e burocratas sindicais, ludibriados pelo palavreado em torno das possibilidades de democratizar o sistema educacional. Acabam servindo de correia de transmissão da reforma antidemocrática. Estão sempre arrumando meios para emendar/ remendar as reformas governamentais.

A IMPOSSIBILIDADE DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

Os defensores da “escola de qualidade” propõem mudanças curriculares, inclusão de disciplinas, fim das aulas livrescas, projetos interdisciplinares e outras mudanças metodológicas para “corrigir” lacunas das reformas governamentais.

Denunciam os subsídios às escolas privadas, que são tomadas como de qualidade, e exigem verbas estatais somente para as públicas. Tomam a coexistência da rede pública e privada como natural de uma sociedade onde impera a democracia, onde os indivíduos têm o direito de escolha. Partem do pressuposto de que é possível uma escola de qualidade e que essa poderá ser alcançada pela pressão popular aos governantes ou pela mudança na correlação de forças no Estado. Mas tudo isso nada tem a ver com a essência da escola na sociedade em que vivemos.

No capitalismo, não é possível uma escola de qualidade para todos. Será sempre discriminadora. A educação como mercadoria tem sua qualidade imposta pelos interesses do capital. A burguesia não imporá uma “escola de qualidade para todos” porque não necessita do desenvolvimento das potencialidades da maioria da população. Enquanto não se eliminar as desigualdades sociais, teremos uma educação elitista para os filhos da burguesia e outra de má qualidade para os filhos dos trabalhadores. Por isso, é demagógica e reacionária a defesa da escola de qualidade sem pôr fim ao ensino mercantilizado.

A ESCOLA ÚNICA SE CHOCA COM A REFORMA E COM A POLÍTICA DOS PETISTAS E ALIADOS

A defesa de um único sistema de ensino, que equivale ao fim da coexistência entre o público e o privado, é uma bandeira realmente democrática. Significa lutar contra a discriminação, a seletividade e todas as medidas que separam a existência de uma educação para uma minoria – que pode comprá-la – de outra, que abarca a grande maioria do povo. Implica o combate à desigualdade social e à opressão de classe.

Há um aspecto comum entre a reforma do Banco Mundial e as medidas do governo Lula: ambas reforçam o ensino privado em detrimento do público. Todas preservam o duplo caráter da escola burguesa: a existência de dois sistemas opostos.

A luta pela escola única, laica, pública e gratuita, sob o controle de quem trabalha e estuda, permite a unidade dos trabalhadores para combater a opressão de classe, que tem na educação sua expressão na existência de dois sistemas antagônicos, sob o domínio da burguesia.

A bandeira da estatização de toda a educação, que pressupõe a expropriação da rede privada, é democrática porque implica a defesa das mesmas condições aos alunos e acesso a todos nos diferentes gra-

us de ensino.

A maioria das correntes de esquerda – ao não defender a estatização de todo o sistema educacional e se resumir à consignação de verbas públicas somente para as escolas públicas – acaba se colocando a favor da existência da mercantilização e no campo oposto à luta de classe contra a opressão.

RECHAÇAR A FALSA POSIÇÃO DA BUROCRACIA DE DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Não é recente a colocação da Apeoesp e da CNTE de “uma educação emancipadora e de qualidade social”. Numa sociedade capitalista, a educação sempre será um instrumento para manter o domínio de classe da burguesia. Os governantes podem aceitar algumas medidas que vêm do movimento social – algumas alterações curriculares, conselhos escolares, maior participação da comunidade etc –, desde que não toquem na finalidade estratégica do ensino, que é a manutenção da ordem econômica vigente.

O governo petista chega a incorporar o palavreado da “escola inclusiva, rumo à qualidade social” e outras tagarelices provenientes dos acadêmicos e da burocracia sindical porque não alteram a essência da reforma educacional.

Os propagadores da educação emancipadora são aqueles que combatem a estatização por meio do fim da rede privada; são defensores do Fundeb, que distribui a verba miserável para a educação básica; do acesso seletivo por meio de vestibulares aos níveis superiores; do piso salarial inferior às necessidades dos trabalhadores; da reforma privatista das universidades, que instituiu o ProUni; além disso, nada dizem da crescente implantação do ensino à distância. Repetem como papagaios os chavões da inclusão, emancipação e do projeto político-pedagógico.

A educação emancipadora, sem romper com as raízes da opressão, é uma bandeira subjetivista/reacionária. A educação só pode ser emancipada do domínio de classe da burguesia. E sem romper com essa amarra, a educação, com tinturas mais ou menos democráticas, será um instrumento de dominação do capital sobre as massas.

PARA COMBATER A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL/JUVENTUDE, VINCULAR A ESCOLA COM A PRODUÇÃO SOCIAL

A sociedade em que vivemos reserva à

maioria da juventude e das crianças pobres o destino de abandonar os estudos e se submeter à violência da exploração capitalista. Os dados de que apenas 35% de jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio, de que milhares de crianças trabalham em condições subumanas e de que milhões de jovens não conseguem emprego demonstram a violência dos capitalistas.

Para muitos filhos de trabalhadores, a escola não pode ser prioridade em suas vidas. Combinar os estudos com o trabalho é quase impossível – as jornadas são estafantes, o que se aprende nas escolas nada tem a ver com o trabalho e o medo de perder o emprego obriga ao abandono da vaga escolar. O trabalho nessas condições esgota as capacidades físico-mentais dos jovens e não permite uma frequência regular às escolas.

A aprendizagem descolada da vida real, mesmo naquelas escolas onde se forjam imitações do cotidiano, é desestimulante para os alunos e educadores. A indisciplina toma conta e o autoritarismo surge como alternativa ao impasse das salas de aula.

As tentativas de soluções pela via dos projetos de cidadania, de maior participação de pais e de oficinas de lazer aos fins de semana (Escola da Família) têm fracassado. Há uma parcela de educadores que se ilude com esses projetos, fruto da incompreensão das verdadeiras causas do fracasso. A escola, como uma das instituições da sociedade, não fica imune a seus males. A violência da sociedade penetra nas escolas e acentua a crise da educação, que está ligada à separação entre a teoria e a prática – os estudos da produção social. Essa contradição, que é inerente ao capitalismo, se torna aguda em sua fase de desagregação. E não há outra saída senão a defesa da vinculação dos estudos com a produção social. A combinação do trabalho com a escola permite lutar contra a exploração de crianças e jovens.

As medidas dos governos, em particular o programa do Bolsa Família para retirar crianças do trabalho forçado, se mostram débeis frente à miséria de milhões de famílias, que não vêem outra alternativa senão pegar a esmola do governo e manter as crianças/jovens nas formas de trabalho mais degradantes.

A defesa da combinação dos estudos e seu vínculo com a produção social, por meio da bandeira de 4 horas na produção e o restante na escola, permite não só denunciar a exploração infantil e o distanciamento da escola com a vida real, mas também

unir a luta da maioria oprimida contra a opressão de classe.

O vínculo da escola com o trabalho produtivo, sob severas regras de trabalho, obedecendo às diferentes idades e com medidas especiais de proteção da criança e da juventude, é uma reivindicação do presente, mas que os capitalistas e seus governos não poderão implantar. Uma nova sociedade, sem exploração e com acesso dos filhos dos trabalhadores a todos os níveis de ensino, com a unidade entre o fazer e o pensar, tem de ser conquistada por meio da luta de classes e do programa da revolução social.

As fórmulas paliativas, que preservam a exploração do trabalho, resultaram em fracasso. Desmascarar os interesses de classe, denunciar as contradições do capitalismo, expor as desigualdades sociais é compreender o caráter de classe da educação na sociedade que é de classe. É trabalhar, desde já, para pôr em pé uma sociedade nova e uma nova escola.

Educação no Brasil

Um dos aspectos que reflete a situação educacional de um País é o acesso da população pobre na escola. A possibilidade que a juventude tem de estudar demonstra bem o quadro social e educacional. Dois fatores fundamentais estão interligados no que diz respeito ao jovem: emprego e estrutura do ensino. Quanto ao primeiro, há as relações condicionantes no plano da economia capitalista: nível de emprego e exploração do trabalho (mediada pela jornada de trabalho, produtividade e valor do salário). Quanto ao segundo – estrutura do ensino –, é preciso verificar o lugar e o espaço ocupado pelo ensino público e particular.

Analisemos alguns dados recentemente divulgados pelo Dieese. Os jovens entre 16 e 24 anos amargam com 45% do total de desempregados brasileiros. Número que corresponde a 25% da população economicamente ativa. Implicação para a educação: “A situação é pior entre as famílias de baixa renda. Em São Paulo entre a parcela de 25% das famílias com maior renda familiar, 40% dos jovens estudam e trabalham e 59,2% só trabalham. Já entre 25% das famílias com menor renda, a proporção cai para 23,5% e 76,5%. (Folha de São Paulo)

É calamitoso o fato da grande maio-

COMBATER AS MEDIDAS DE PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS EDUCADORES

A reforma educacional teve o intuito de eliminar conquistas sociais contidas nos Planos de Cargos e Salários. Os governos estaduais mantiveram o arrocho salarial e instituíram a política de gratificações e bônus, contando com a pouca capacidade de mobilização da burocracia sindical, em função de sua política de não combater de conjunto as reformas.

Em São Paulo, houve uma ofensiva do PSDB sobre a educação, resultando no fechamento de escolas e salas de aula, na superlotação de outras, no desemprego crescente de professores e na retirada de direitos por meio de alterações no Plano de Carreira. A diretoria da Apeesp, que até recentemente via o PSDB como partido progressista, não conseguiu travar um combate à destruição da escola pública. O PSDB, de mãos livres,

pôde achatar o valor da força de trabalho ao patamar da miserabilidade – R\$ 5,57 a hora-aula. Instituiu os concursos para selecionar uma parte dos professores e desempregar outra; quase que dobrou os descontos da Previdência e criou formas precarizadas de trabalho. Pretende transformar os diretores de escolas em “gestores”, para que as administrem nos moldes de uma empresa privada. Essas e outras medidas nada mais são do que conseqüências das diretrizes educacionais, que têm como finalidade o corte de recursos à educação, o qual atinge a força de trabalho.

Rechaçar de conjunto a reforma educacional é defender a escola pública e é lutar para pôr fim à destruição dos empregos e dos direitos trabalhistas e ao arrocho salarial. O capitalismo, em sua fase de decomposição, não pode poupar sequer a educação. É por meio da defesa das condições de ensino e trabalho que parte dos educadores compreenderá e avançará para as posições revolucionárias.

ria não ter como estudar.

A mesma pesquisa comprova que não só o desemprego constitui obstáculo intransponível para o acesso aos estudos mas também a exaustiva jornada de trabalho. Não é possível ir à escola trabalhando entre 39 a 44 horas, como indica o estudo do Dieese. E aqueles que decidem enfrentar o sacrifício não têm como acompanhar as aulas e cumprir as exigências do ensino.

Até aqui estamos diante do nível médio. Em relação ao fundamental, tido como universalizado, o reflexo desse quadro social se observa no fenômeno do “analfabetismo funcional”. Mais de 50% não aprendem os fundamentos básicos da escrita e da leitura. Bem ou mal, 97% das crianças têm acesso à escola, mas a pobreza as acompanha aos quatro cantos da sala. Há ainda o analfabetismo abarcando 14,6 milhões.

Quanto à possibilidade dos jovens chegarem à universidade, os dados anteriores falam por si. Apenas 4,1 milhões estão matriculados no ensino superior. Desse número irrisório, 2,9 milhões se acham nas privadas. As universidades públicas não passam de 224 estabelecimentos, em contrapartida as particulares detêm 1.789. Pela estrutura

econômica e de classe, está previsto o acesso ao ensino superior apenas aos filhos da burguesia e parte dos da classe média, que constitui a maioria dos estudantes universitários. Ocorre que centenas de milhares de jovens de classe média não têm como pagar e não têm como ingressar na universidade pública, barrados que são pelo vestibular. Um agravante: a classe média chegou ao topo da ascensão e se encontra ladeira abaixo.

Criou-se um mercado de ensino e um ensino mercadoria. A infraestrutura econômica condiciona inexoravelmente a supraestrutura educacional, de forma a manter a maioria dos jovens sem estudo e a rebaixar o nível cultural das massas.

Dessa realidade, destacam as seguintes tarefas: 1. Defender o ensino público, defendendo o fim do ensino privado; constituir um sistema estatal único, laico e científico; 2. Defender o vínculo da escola com a produção social, de forma a permitir a real unidade entre teoria e prática; 3. Defender a relação entre emprego e escola; nenhum jovem desempregado, nenhum jovem fora da escola; jornada de trabalho compatível com o estudo (quatro horas no trabalho e o restante na escola).

Metalúrgicos do ABC

Volkswagen: Direção do sindicato (Articulação/PT) negocia mais um acordo que demite e retira direitos dos trabalhadores

Há muitos anos, a Volks vem contando com a ajuda da burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC para impor seus acordos de demissão em massa, terceirização, redução de salários e direitos aos trabalhadores.

Este ano não foi diferente. Em maio, logo após a Volks apresentar seu plano de reestruturação que incluía a demissão de 3600 trabalhadores na unidade Anchieta e a retirada de vários direitos, a direção do sindicato fez uma assembléia com os trabalhadores e colocou-se contra qualquer acordo que incluísse demissão ou retirada de direitos. Tudo não passava de uma manobra montada pelo sindicato que tinha como objetivo apenas encontrar a melhor forma e hora de impor aos trabalhadores o plano de reestruturação da empresa. E foi exatamente isso que aconteceu.

No dia 14 de agosto, a burocracia defendeu e aprovou em assembléia um acordo que permitirá a Volks demitir 3600 trabalhadores até 2008 através do PDI (demissão indicada pela empresa); implantação de uma nova tabela salarial para novos contratados, que entrarão ganhando R\$ 1.030,00 e levarão 104 meses para chegar ao valor máximo (antes esse período era de 64 meses e os trabalhadores entravam ganhando R\$ 1.670,00); continuidade do Banco de horas, redução de jornada com redução de salários; aumento de 1% para 2% do plano médico e 3% para novos contratados etc.

Passo a passo, a manobra da burocracia.

Após colocar-se contra a proposta da empresa, a burocracia marcou uma série de reuniões de negociação para tentar, segundo eles, um acordo com a empresa. A burocracia passou várias reuniões implorando para que a Volks reduzisse o número de demissões ou retirasse algum item de sua proposta para que eles pudessem apresentar aos trabalhadores



Assembléia decreta a greve na Volks. A burocracia manobrou para acabar com a luta

como uma vitória. Isso é o que o sindicato fez nos últimos anos, com êxito favorável ao patronato. A empresa, no entanto, continuava irreduzível. A multinacional desta vez não deu espaço de manobra para o sindicato. Desta vez, a Volks queria que a direção do sindicato apresentasse e defendesse todo o seu plano de reestruturação.

A burocracia então tinha dois problemas. De um lado, a Volks, que não queria ceder em nada de seu plano e, do outro, os trabalhadores, que radicalizavam revoltados com a empresa que chantageava dizendo que se não aceitassem 3600 demissões ela demitiria 6100 e depois fecharia a fábrica.

Sem acordo, a Volks entregou para 1300 trabalhadores a carta de demissão. Sem alternativa, o sindicato convocou assembléia e a greve então foi aprovada contra a vontade da burocracia, que desde o início tentou evitar o conflito.

Burocracia quebra greve

Depois de três dias de greve na unidade Anchieta, as plantas de Taubaté e Curitiba também pararam por falta de peças. A Volks então chamou o sindicato e informou que se os trabalhadores retornassem ao trabalho ela suspenderia as cartas de demissões e retomaria as negociações. Isso era tudo que a burocracia sindical precisava para pôr fim à greve.

Em assembléia, a burocracia defendeu e aprovou o retorno ao trabalho e retomou as negociações com a empresa. Para a burocracia, era hora de pôr fim ao conflito. E foi isso que aconteceu.

Depois de uma semana de negociação, no dia 14 de agosto, a burocracia apresentou, defendeu e aprovou em assembléia a mesma proposta que a empresa havia apresentado em maio.

Conlutas/PSTU, ao invés de defender o método da ação direta, contribuiu para manter as ilusões dos trabalhadores no parlamento burguês

O PSTU/Conlutas, neste movimento, ao invés de defender o método da ação direta como única forma de combater as demissões, fez o contrário, exigiu desde o início do conflito que o governo Lula fizesse uma medida provisória para impedir as demissões e que o governo federal implementasse a estatização da Volks. Com isso, o PSTU ao invés de quebrar, alimentou a ilusão dos trabalhadores de que suas reivindicações podem ser atendidas democraticamente por meio das instituições burguesas. O PSTU mostrou claramente seu oportunismo e sua política reformista. Mostrou também que estava preocupado apenas em desgastar eleitoralmente o governo Lula e fazer campanha para Heloisa Helena e os candidatos da frente de esquerda eleitoreira da qual faz parte.

Quando os trabalhadores estão lutando contra os patrões em defesa de seus empregos, como aconteceu na Volks, esta é a melhor hora que os revolucionários têm para mostrar aos operários que sua emancipação, suas reivindicações não serão conquistadas democraticamente através deste ou de qualquer outro governo burguês, mas sim através de sua própria luta.

Os revolucionários devem utilizar o calor da luta dos trabalhadores contra seus exploradores para mostrar aos ope-

rários que os governos eleitos democraticamente são representantes dos exploradores e que, portanto, jamais poderão colocar-se em defesa dos explorados e suas reivindicações. Na luta contra as demissões, os revolucionários devem atuar mostrando aos trabalhadores que a luta por emprego a todos faz parte da luta para pôr fim a propriedade privada, pôr fim a burguesia e seu Estado.

PSTU/Conlutas defende PDV e esquece a luta contra as demissões.

No acordo feito entre a Volks e o sindicato dos metalúrgicos do ABC, estava prevista a demissão de 3600 trabalhadores. Destes, 1300 saíam com um pacote (incentivo financeiro) de 1.4 salário por ano trabalhado. Os demais saíam com 1.0, 0.8, 0.6, 0.4. A diferença entre os incentivos foi uma das reclamações dos trabalhadores depois que a burocracia apresentou a proposta da empresa. No dia da assembléia que iria votar a proposta, o PSTU/Conlutas distribuiu um boletim orientando os trabalhadores a rejeitar a proposta apenas porque o incentivo não era igual para todos os trabalhadores. Se fosse igual, deveríamos aceitar? Absolutamente, não!

Mais uma vez, o PSTU demonstrou seu oportunismo, pois, ao invés de colocar para os trabalhadores a necessidade de lutar contra as demissões, fez a mesma política da burocracia sindical cutista de defender PDV's, que são um instru-

mento que a burguesia utiliza para eliminar postos de trabalho. Essa mesma posição o PSTU adotou no acordo da GM, onde eles dirigem o sindicato.

Posição da Corrente Proletária dos Metalúrgicos (Nossa Classe)

Durante todo o processo, o *Nossa Classe* denunciou a política de conciliação da burocracia e defendeu o método da ação direta como única forma de combater as demissões e a retirada de direitos. Enquanto a burocracia estava negociando, o *Nossa Classe* alertava os trabalhadores para que não tivessem nenhuma ilusão nas negociações, pois a única proposta que interessava e interessa aos trabalhadores é a escala móvel das horas de trabalho - redução da jornada sem redução de salários - e ela não seria ou será conquistada na mesa de negociação e sim através da ação direta, das greves com ocupação das fábricas e do controle operário da produção.

Defendemos a convocação de uma assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC, como acontecia na década de oitenta, para organizar a luta unificada contra as demissões e a retirada de direitos, a constituição dos comandos de greve independente, para tirar das mãos da burocracia o controle da greve.

Defendemos também a estatização da Volks e de todas as multinacionais, empresas privadas e bancos sem indenização e sob o controle dos trabalhadores. Deixa-

mos claro que a estatização será obra da luta, da ação direta dos próprios trabalhadores e não uma medida democrática desse ou de qualquer governo burguês.

Continuidade da Luta

A experiência vem mostrando aos operários da Volks que a cada recuo diante das demissões e planos de destruição de conquistas perde-se terreno para os exploradores. Aprende-se também que a direção sindical do ABC colabora com os planos da multinacional. Os acordos assinados são uma violência contra os metalúrgicos e suas famílias. Mas a experiência tam demonstrado também capacidade de luta. A curta greve de três dias poderia se transformar num grande movimento em defesa dos empregos e dos salários, caso tivesse uma direção classista, revolucionária. É nessa capacidade que os melhores lutadores deverão se apoiar.

A ala da oposição influenciada pelo PSTU mostrou-se vacilante e se adaptou às pressões da burocracia defendendo um PDV igual a todos. Essa vacilação também é parte da experiência, bem como a atuação do POR/Corrente Proletária metalúrgica em defesa radical da greve contra qualquer demissão e quebra de direitos. As contradições vão continuar atingindo os operários.

É hora de se organizar a ala revolucionária da oposição, que defenda as posições apresentadas pela Corrente Proletária na greve.

Boletim do Sinte (RN)

Greve de Ielmo Marinho: 60 dias de greve e os trabalhadores resistem

A greve dos trabalhadores em educação de Ielmo Marinho completa seus 60 dias de muita resistência por parte da categoria que não tem capitulado às ameaças do Prefeito Germano Patriota (PMDB).

Os trabalhadores já completaram seus 60 dias de greve e o prefeito de forma arbitrária suspende os salários. Primeiro entra na justiça pedindo a ilegalidade da greve, no que foi derrotado, pois, quando foram solicitados esclarecimentos sobre as folhas de pa-

gamento da educação, o prefeito preferiu desaparecer das audiências, o que fez o processo no Tribunal do Trabalho ser arquivado. Mas as arbitrariedades do Prefeito não param aí. O Sinte entrou com um mandado de segurança pela devolução dos salários, a justiça deu favorável aos trabalhadores e mesmo assim o prefeito não cumpriu.

Com isso, o prefeito entendia que os trabalhadores não resistiriam por muito tempo e voltariam ao trabalho.

Puro engano! Mesmo tendo afetado no que é mais necessário para a sobrevivência dos trabalhadores, a categoria continuou em greve. A justiça encaminha a segunda intimação para que pagasse os salários do mês de julho e o prefeito achou pouco: descontou do mês de agosto.

Os trabalhadores em educação buscaram desde maio uma audiência com o prefeito, que não aparece no município. Este, no momento, só pensa em conseguir a eleição de seus candidatos.

Nesta edição:

- Bolívia: A quem o M.A.S. serve?
- Sudão e Onu
- Na Bolívia mandam as multinacionais
- O Papa e o Islã
- 11 de setembro: reflexo da ação intervencionista do imperialismo
- Tropas da ONU agem como o cão-de-guarda do imperialismo

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A QUEM O M.A.S. SERVE?

Mediante uma coletiva de imprensa, o M.A.S. amaldiçoou a direita conspiradora e o trotskismo que, para os masistas, são aliados. Por quê? Porque ambos combatem o governo.

Nós, revolucionários, denunciemos o governo do M.A.S. como lacaio da burguesia e do imperialismo, porque defende a grande propriedade privada burguesa, defende os interesses dos exploradores, protege os ricos. É assim que as coisas se passam, apesar do discurso de que, por ser indígena, o presidente e seu governo são do povo. Nós o denunciemos ante as massas para que estas se organizem independentemente, ao redor de suas próprias bandeiras e reivindicações para poder materializar a revolução que acabe com os opressores estrangeiros e nativos e estabeleça o governo de operários e camponeses que destruirá a propriedade privada dos burgueses e estabelecerá a propriedade social dos meios de produção (os recursos naturais, as fábricas, os bancos, a terra etc.) de maneira que a riqueza que os trabalhadores das cidades e do campo produzem com suas mãos e seu suor não irão parar nos bolsos dos exploradores parasitas.

A conspiração direitista contra o governo do M.A.S. é exatamente o contrário. Para eles, o governo é perigoso porque temem que sua demagogia populista (*fala em nome do povo indígena ainda que nada faça por ele*) alimente as tendências radicais dos explorados e estes acabem derrubando o governo e atentando contra os interesses da burguesia. Também estão ir-

ritados com as tímidas medidas reformistas (*que não questionam a estrutura capitalista*) que o governo pretende. São defensores radicais dos interesses das multinacionais.

O governo deve ser julgado pelo que faz e não pelo que diz

12 milhões de dólares de subvenção aos exportadores (*máquinas que superexploram seus trabalhadores à margem das leis trabalhistas com salários de fome*) para compensá-los pela perda do ATPDEA, enquanto o Vice negocia a continuação do mesmo com os EEUU. Em troca de cumprir as metas de erradicação da coca dos “irmãos cocaleiros”.

YPFB segue subvencionando os combustíveis, pagando às multinacionais o preço internacional. O governo reconhece que estas continuam fixando o preço e controlam a produção. O novo presidente da YPFB, Juan Carlos Ortiz Bánzer, é um ex-executivo da PETROBRAS.

Cadê a nacionalização?!

As terras ociosas que foram “revertidas” serão pagas aos latifundiários a preço de mercado sendo que estes as receberam do Estado a título gratuito. Que negócio!

Desconto dos professores pelos dias de greve para desencorajar o protesto social e para lhes dar uma lição.

NA VERDADE O M.A.S. SERVE À BURGUESIA!

(*Extraído do Massas Boliviano nº 2008, de 15/09/06*)

Sudão e Onu

A guerra civil no Sudão já provocou a morte de cerca de 200 mil mortos. O conflito levou o Conselho de Paz e Segurança da União Africana a enviar tropas para a região. Por detrás do Conselho está a ONU, que responde pelos interesses das potências. Como a intervenção não pôde resolver a guerra civil, a intenção é reforçá-la com tropas da própria ONU.

Bush em seu discurso na 61ª Assembléia Geral, exigiu pronto intervencionismo, desconsiderando a soberania do governo sudanês. Os EUA negociam com países árabes para ajudá-los a quebrar a resistência do presidente do Sudão, Osmar Hassan al-Bashir, à entrada de tropas da ONU, ou seja, dos norte-americanos.

Em Cartum, as massas ganharam as ruas sob a bandeira de “Fora os Estados Unidos” e “Não queremos ser governados

pela CIA”. Manifestaram-se em frente à embaixada norte-americana.

O Sudão é mais um território que possui petróleo. O governo sudanês denunciou a existência de um plano de desmembramento do País, de forma que o imperialismo passasse a controlar a região petrolífera. Denunciou também os interesses de Israel no desmembramento.

Tudo indica veracidade nas acusações. De qualquer forma, o intervencionismo da ONU e do próprio Conselho objetiva manter os interesses das potências. A máscara do humanitarismo já não tem como esconder as mãos de ferro do capital monopolista, que guia as intervenções no Iraque, Afeganistão, Palestina etc.

Onde quer que seja e em que situação seja os trabalhadores devem se colocar contra a ingerência do imperialismo.

Na Bolívia mandam as multinacionais

A fraudulenta “nacionalização” masista desnudada

A “nacionalização” dos hidrocarbonetos sustentada no absurdo de exortar às multinacionais a que se convertam em sócias generosas do Estado, não caminha nem para frente nem para trás.

Ao Ministro de Hidrocarbonetos Andrés Soliz Rada (um *traficante da política ex-comunista, ex-nacionalista, ex-condepista, aliado de Bánzer e agora masista*) lhe custou o cargo haver emitido uma resolução ministerial pela qual YPFB tomava para si a comercialização dos hidrocarbonetos no país. Resolução que não foi do agrado da PETROBRÁS, proprietária das refinarias. A multinacional protestou e, através de um telefonema do presidente Lula, “amigo e irmão mais velho” de Evo, impôs ao governo a anulação da medida. Os discursos radicais os leva o vento, os atos de servilismo ficam.

ESTÁ CLARO DEMAIS QUE NA SEMICOLÔNIA CHAMADA BOLÍVIA QUEM MANDAM SÃO AS MULTINACIONAIS, QUE A “NACIONALIZAÇÃO” MASISTA É UMA FRAUDE, QUE TEMOS UM GOVERNO PALHAÇO QUE QUER NOS GOZAR

Enquanto isso, EVO nos EUA se arrasta vergonhosamente aos pés do imperialismo, recebendo conselhos de Jimmy Car-

ter, assegurando ao mundo imperialista que seu governo é respeitoso da propriedade privada, dos investimentos estrangeiros, que jamais confiscará as empresas petroleiras etc. para concluir mendigando a compreensão e ajuda dos governos imperialistas, no marco do “mútuo respeito”, para levar adiante a transformação pacífica e democrática da Bolívia em busca da unidade de todos os bolivianos, superando a exclusão das nações originárias. INOCENTE OU IMBECIL?, nos perguntamos.

Como os fatos confirmam, o destino do governo do M.A.S. - pró-burguês, defensor da grande propriedade privada - é de acabar como um miserável laçao do imperialismo e da burguesia entreguista. Esgotar-se-á em uma retórica de reivindicação dos direitos das nações originárias oprimidas mas sem capacidade de dar terra ao camponês, salário de acordo com a cesta familiar ao operário, trabalho ao desocupado, educação e saúde aos filhos dos explorados, soberania ao país manipulado pelos gringos. Ao que disse a todos os indígenas ou descendentes de indígenas, deixa tudo de lado.

Basta de farsas!

¡REVOLUÇÃO e DITADURA PROLETÁRIAS!

Só assim seremos livres. Só assim acabaremos com a reação fascista.

(Extraído do Masas boliviano 2009, de 22/09/06)

O Papa e o Islã

A reação dos muçulmanos à denúncia do Papa de que o islamismo é sinônimo de violência expressou o profundo choque entre os povos oprimidos e as potências opressoras. Ocorre que o islamismo está associado ao Iraque e Afeganistão sob ocupação, ao Irã sob ameaça de intervenção, ao Líbano destruído, aos palestinos acossados por Israel etc.

O Papa é o chefe da religião ocidental, ou seja, da burguesia monopolista.

Não por acaso, a União Européia saiu em sua defesa. Rechacou as manifestações antipapa como exageradas e contrárias à liberdade de expressão. Denunciou que o pronunciamento do Papa foi retirado do contexto e acusou o islamismo político de radical, que não representaria a grande religião que é o Islã.

Mas afinal o que disse o Papa e qual o contexto? Em viagem à Baviera, Alemanha, Bento XVI, fez um discurso na Universidade de Regensburg usando um texto medieval em que se diz que Maomé “só trouxe coisas más e desumanas, como defender com a espada a fé que pratica”. Assim, condenou a Jihad (guerra santa). Como se vê, a prédica do Papa não tem a ver com exegese de texto medieval. Fez seu uso para atacar a resistência nacionalista dos muçulmanos, que se valem da guerrilha e do terrorismo contra a invasão de seus territórios pelos Estados Unidos e aliados, bem como contra a expansão sionista de Israel.

Por debaixo das religiões, estão a economia, as forças produtivas, as relações sociais, as reservas minerais, os mercados, os monopólios, a indústria armamentista etc. Toda religião re-

presenta o arcaísmo da sociedade de classe. A Igreja católica e suas variantes (da Reforma) se constituíram numa poderosa máquina ligada ao grande capital e são representativas dos interesses das potências.

O pronunciamento do Papa não foi tirado do contexto. Expressou exatamente o pensamento dos Estados Unidos, da União Européia e de Israel. Obscureceu a violência da opressão imperialista e ressaltou a violência do islamismo. A Igreja ligada aos interesses das potências e à sua ideologia colonialista ficou isenta da violência contra o povo iraquiano, libanês, afegão, palestino etc.

O ódio religioso instilado pelos muçulmanos contra a tal da cultura ocidental não representa senão o choque entre nações oprimidas e nações opressoras. A violência do imperialismo, que pratica o terror bélico-tecnológico, é ofensiva; a dos muçulmanos é defensiva, antiimperialista.

A presença da religião na luta pela expulsão do imperialismo é uma desvantagem para a tarefa histórica de eliminar todo tipo de opressão. As religiões se institucionalizaram como instrumento de domínio nas sociedades de classe. A casta muçumana da feudal-burguesia usa muito bem o islamismo para manter internamente a exploração das massas. E o nacionalismo islâmico não tem como tornar a luta antiimperialista em luta anticapitalista.

A condenação do Papa à jihad islâmica reflete a defesa da guerra imperialista no Oriente Médio contra o nacionalismo muçulmano.

11 de setembro: reflexo da ação intervencionista do imperialismo

O dia 11 de setembro marcou o quinto ano do ataque ao WTC, que deixou um saldo de mais de 3 mil mortos. A mídia nacional e internacional mostra os acontecimentos como se fosse um grande ataque dos terroristas à inabalável democracia ocidental, ou seja, procuram mostrar os Estados Unidos da América como uma vítima de grupos terroristas. No entanto, deixam de colocar o real motivo dos ataques: o reflexo da política intervencionista norte-americana e de outros países imperialistas nos países semicoloniais do Oriente Médio e o saque e a destruição constante que sofrem.

Como forma de retaliação dos países imperialistas, e, principalmente, dos Estados Unidos, logo após os ataques de 11 de Setembro, George Bush lançou a "Doutrina Bush", que é definida como uma política de guerra preventiva, que serviu de justificativa para a guerra contra o Afeganistão, a invasão do Iraque e a adoção de políticas domésticas de exceção para proteger o país do terrorismo.

O que fica evidente sobre a "política preventiva", após os cinco anos de ataques do imperialismo sobre os países no Oriente Médio, é que existe um projeto bem articulado. Primeiro se promove a ocupação efetiva do território, depois a implantação de governos pró-imperialistas e, em seguida, o aniquilamento físico da resistência. Este projeto ainda está em andamento, tanto no Iraque como no Afeganistão, mas não está concluído, pois a resistência se mostrou assentada em grandes parcelas da massa dos explorados e oprimidos, que vêm nos grupos de combatentes uma forma de se livrar da presença do imperialismo. E quando o imperialismo não consegue controlar diretamente o país, usa do estrangulamento financeiro (boicote) para obter êxito ou então financia outro país, caso de Israel, para fazer por ele.

Quanto à política de exceção, isto é, de vigilância ostensiva dentro de seu próprio país, observa-se um crescimento dos ataques aos direitos civis em todos os países imperialistas. Nos **Estados Unidos**, foi formulada a "Lei Patriota", que aumentou o contingente de serviços de inteligência e agentes e autoridades podem trocar informações sobre os suspeitos; passou a usar largamente escutas telefônicas, mandados de busca, fiscalização de conversas por internet, vigilâncias de contas bancárias e transações empresariais. No **Reino Unido** ficou conhecida como "Ato Antiterrorismo, Crime e Segurança". Pessoas sem cidadania britânica podem ser deportadas e pessoas suspeitas podem ser proibidas de entrar no país; permite prender suspeito estrangeiro por até 14 dias, sem terem sido formalmente acusados ou julgados; permite a utilização de escutas telefônicas, o rastreamento de internet e outros recursos de investigação em larga escala. Na **França** criaram-se ou foram intensificados dispositivos de controle de internet e telefones; aumentaram câmeras em locais públicos; a prisão preventiva para suspeitos pode durar até seis dias; a polícia pode realizar buscas em propriedades privadas e veículos; os proprietários

de cybercafés devem arquivar e disponibilizar à polícia registros sobre sites visitados por clientes; a polícia pode monitorar turistas que viajam para localidades onde haja campos de treinamento para terroristas.

Como se vê, a burguesia imperialista e seus governos, em nome da guerra contra o terrorismo, oprimem tanto os povos dos países semicolonias como de seu próprio país. Os trabalhadores não podem aceitar pacificamente esta opressão, devem reagir e resistir assim como resistem os povos do Oriente Médio.

As vítimas do eleitoralismo burguês política imperialista

Nos Estados Unidos, nas homenagens ao quinto ano prestadas às vítimas do 11 de Setembro, pode-se observar a utilização deslavada dos políticos burgueses norte-americanos, incluindo Bush, para fins eleitorais. Faltando apenas nove semanas para as eleições para o Congresso e com risco de perder a maioria na Câmara e no Senado, o presidente Bush corre para pedir votos aos eleitores. Tanto republicanos como democratas posam ao lado dos sobreviventes e dos "heróis" dos acontecimentos de 11 de Setembro, fazendo uma verdadeira Via Sacra a todos os lugares que marcaram este dia. Pura demagogia! No dia-a-dia, o que se revela é apenas o abandono do governo norte-americano para com os seus "heróis". Os milhares de doentes que contraíram a chamada "Tosse do WTC" (médicos, enfermeiros, bombeiros, paramédicos, voluntários), que estiveram nas manchetes de todos os jornais ao lado de políticos e estrelas famosos, hoje são anônimos e não possuem nenhuma ajuda do Estado para a compra de remédios para o tratamento da doença. Apenas receberam uma carta de agradecimento e uma medalha por seus serviços prestados. Este é o tratamento que a burguesia, que fabrica suas guerras para aumentar seu lucro e oprimir outros povos, dispensa aos trabalhadores. Usou intensamente a propaganda do terrorismo para justificar suas ações truculentas contra o Iraque e o Afeganistão e continuar a utilizá-la contra outros povos que possam colocar em risco seus negócios milionários. É preciso compreender que a burguesia é uma classe de sanguessugas e exploradores e que é a grande inimiga de todos os trabalhadores. Somente sua destruição colocará fim às mazelas que são próprias do capitalismo e afetam a todos sem exceção.

Cabe aos trabalhadores rechaçar os ditadores e politiquês que utilizam a "guerra contra o terrorismo" como justificativa para aplacar sua sede de lucro e para sustentar a crise econômica que envolve o capitalismo. No entanto, isso somente será possível quando os trabalhadores de todo o mundo estiverem unidos pela bandeira da revolução proletária e da IV Internacional para colocar fim ao capitalismo.

Estados Unidos próximos de legalizar a tortura

As denúncias de tortura por forças militares norte-americanas a presos políticos e de guerra tornaram-se corriqueiras. A prisão de Guantánamo foi construída para que os detentos ficassem completamente a disposição dos torturadores. Bush burlou as leis dos EUA e os tratados internacionais. Não bastando, estabeleceu câmaras de suplício clandestinas em outros países, cujos governos foram facilmente comprados. Transferiu presos de um país para outro na calada da noite. Envolveu as-

sim inúmeros governos à tortura de presos.

O mais recente feito dos republicanos foi o de apresentar ao Congresso uma lei facultando a tortura. Depois de tê-la praticado à vontade, chegou a hora de legalizá-la. Segundo a lei da tortura, permite que os prisioneiros sejam julgados por tribunais militares, de forma que tudo permaneça sigiloso.

O imperialismo está mostrando a verdadeira face de seus direitos humanos.

Líbano:

Tropas da ONU agem como o cão-de-guarda do imperialismo

Mesmo depois do acordo de cessar-fogo proposto pela ONU, Israel mantém ações contra o Hezbollah. Continua com o embargo marítimo ao Líbano e as ofensivas através de suas forças especiais, com a justificativa de que pretende evitar o contrabando de armas de outros países do Oriente Médio, como do Irã e Síria. No entanto, o que está por trás disso é a continuidade de seu projeto de eliminação física da resistência libanesa, através do assassinato de suas lideranças, utilizando suas forças especiais. Israel não aceita o fato de ter sido derrotado em campo de batalha pela guerrilha Hezbollah e conta agora com o apoio das forças estrangeiras e do governo libanês pró-imperialista para efetivar este projeto.

Para executar a tarefa, que o exército israelense não conseguiu, ou seja, eliminar a resistência do Hezbollah, a França já concordou em enviar dois mil soldados e a Itália 800, inicialmente, e 3 mil até fevereiro de 2007. A condição exigida pelas forças de “paz” é de que poderão agir livremente caso sejam atacados, aniquilando quem quer que seja. Desta forma, outros países já se dispuseram a mandar tropas para o sul do Líbano. A intenção dos países imperialistas é de manter cerca de 30 mil soldados como forma de “pacificar” o sul do Líbano. Deste número, metade será de soldados nacionais e outra metade de soldados estrangeiros.

Não podemos perder de vista que as tropas da ONU representam o exército do imperialismo, que têm como função pacificar as regiões em conflito, possibilitando, assim, tranquilidade para que os investidores e saqueadores possam agir livremente, sem riscos para o capital.

Os assassinatos cometidos por Israel sobre a população libanesa não podem ser apagados da memória dos trabalhadores libaneses e de todo o mundo. Este é o método utilizado pelos países imperialistas para abrir caminho à burguesia saqueadora e exploradora. Tanto o governo como as tropas da ONU não representam os interesses dos trabalhadores oprimidos do Líbano. Por isso, as massas libanesas devem continuar resistindo e não aceitar qualquer acordo que venha dos organismos imperialistas. Porém, é preciso que somem sua luta com os demais trabalhadores de outros países sob a bandeira da revolução proletária, organizada e dirigida por um partido revolucionário, que expulse os traidores e os imperialistas do Líbano.

Tribos iraquianas fazem pacto pró-imperialista

Os principais líderes das tribos iraquianas se reuniram para fechar um acordo, denominado “Pacto de Honra”. Por este acordo, prometem agir para “deter a violência” no país e apoiar o plano de reconciliação do primeiro-ministro Nuri al Maliki. Maliki declarou que o acordo tem como finalidade principal “preservar o país, fazer cessar os massacres e os deslocamentos da população, assim como deter os extremistas sunitas” e ainda completa “as tribos devem desempenhar um papel essencial na luta contra o terrorismo” (*Diário de São Paulo*, 27/08/06). As tribos são consideradas a base de sustentação da sociedade iraquiana,

que possuem tamanhos variados e organizam-se em forma de clãs (laços de parentesco) e são dirigidas pelos xeques.

Está claro que as tribos que conservam o poder no Iraque não pretendem travar qualquer luta contra a presença dos Estados Unidos no Iraque. O governo fantoche dirigido pelo primeiro-ministro Maliki representa os interesses nacionalistas da feudal burguesia iraquiana, que explora e oprime os trabalhadores.

O povo iraquiano sabe que o verdadeiro terrorista é o imperialismo e seus cúmplices. O saque promovido pelo imperialismo norte-americanos às suas fontes de petróleo e a exploração intensa dos trabalhadores iraquianos, assim como os inúmeros assassinatos registrados desde a invasão, levam os iraquianos a resistirem bravamente contra seus opressores. No entanto, necessita urgentemente construir um partido revolucionário, independente, que expresse em seu programa seus interesses de classe. Este é o caminho para expulsar definitivamente os exploradores capitalistas e a feudal burguesia iraquiana.

Otan: braço armado do imperialismo aniquila a resistência afegã

No início deste mês, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, juntamente com o exército nacional afegão, lançou a “Operação Medusa”, que tem por finalidade eliminar a resistência Talibã no Afeganistão. Esta é considerada a maior ofensiva militar desde que a OTAN passou a controlar a região no lugar dos Estados Unidos. Com cerca de dois mil soldados participando da operação, já executou até agora mais de 300 soldados da resistência Talibã.

A OTAN foi criada no período da Guerra Fria, pelos países capitalistas, como forma de conter o avanço do comunismo (stalinista), principalmente a União Soviética. Ao término da Guerra Fria na década de 80, a OTAN continuou a manter suas tarefas de oprimir e conter as lutas dos povos contrários aos ataques do imperialismo. Substituiu a luta contra o “comunismo” pela luta contra o “terrorismo”. Neste sentido, a presença da OTAN no Afeganistão deixa claro seu papel, ou seja, o de eliminar qualquer resistência ao avanço do capitalismo nos países semicoloniais.

A resposta da resistência veio na explosão de um carro-bomba na capital Cabul, logo após a reunião na Polônia que acordou em enviar mais soldados das forças imperialistas para o Afeganistão. Foram 16 mortos e mais de 30 feridos e é considerado o pior ataque do Talibã desde a invasão norte-americana em 2001.

A crise do capitalismo exige ações rápidas e truculentas para a ampliação do saque sobre as reservas de petróleo do país e a contenção de qualquer forma de resistência através de operações sangrentas que a destrua fisicamente. Isso tudo com aval da “comunidade internacional” imperialista.

A unidade de todos os explorados dos países do Oriente Médio em torno da bandeira da revolução social e da destruição do capitalismo é o único caminho para a libertação dos povos do jugo do imperialismo.